

PSIQUIATRIA E EDUCAÇÃO: O CARÁTER PEDAGÓGICO DA MEDICINA PSIQUIÁTRICA DE INALDO DE LIRA NEVES-MANTA¹

Maria Lourdes Silva²
Samara Santos Bastos³

“O sábio, como o intelectual e o artista, mas, sobretudo, o médico (misto de sábio, intelectual e artista), afeito aos sofrimentos de seus semelhantes - o médico, nós os médicos, todos devemos nos aproximar do povo”

Neves-Manta

Recebido em: 23/06/2013 | Aceito em: 28/11/2013

Resumo: O presente trabalho analisa a sustentação do argumento da criminalização das drogas no século XX, através da medicina psiquiátrica de Inaldo de Lira Neves-Manta. Membro da Academia Nacional de Medicina, cuja memória escrita para ingresso na instituição versa sobre o tema, ele dedica boa parte de sua vida aos compromissos institucionais. Entendemos a Academia Nacional de Medicina como parte do dispositivo médico e as teses do psiquiatra, como modos de concretização do pensamento desse agrupamento de médicos, através das quais se materializam os projetos do governo. A concepção do vício como doença do comportamento, como anormalidade da competência da clínica psiquiátrica, define dois pontos fundamentais do dispositivo da medicina no início do século XX: 1- a consolidação da clínica psiquiátrica como especialidade médica, com sua especificidade de objeto, abordagens e procedimentos; 2 – a entronização da racionalidade *psi-* (psiquiátrica, psicanalítica) no campo da educação, seguindo a vertente do dispositivo médico centrado no higienismo, como desdobramento deste na abordagem eugenista. Neves-Manta é aqui entendido como representante de um grupo médico responsável pela elaboração e difusão, ao longo do século XX, das teses que sustentavam o uso de drogas como enfermidade física e moral. Seu trabalho e o da instituição aparecem especialmente nos momentos em que o estado de direito esteve suspenso e a governamentalidade do país precisou de reforços.

Palavras-Chave: Medicina Psiquiátrica; História da Educação; Academia Nacional de Medicina; Inaldo de Lira Neves-Manta; Drogas.

¹ Essa pesquisa foi realizada com recursos da FAPERJ, quando bolsista PAPERD/CAPES/FAPERJ, vinculada ao PROPED/UERJ, e participante do NEPHE coordenado pelo professor José Gonçalves Gondra. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no VI Congresso Brasileiro de História da Educação, em maio de 2011.

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <lullua2@yahoo.com.br>

³ Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Graduanda em Pedagogia pela UERJ. E-mail: <samara17_26@hotmail.com>

PSYCHIATRY AND PEDAGOGY: A STUDY OF PSYCHIATRIC MEDICINE EDUCATION PROPOSALS OF THE INALDO DE LIRA NEVES-MANTA (1926-1945)

Abstract: This study examines the support of the criminalization of drugs in the twentieth century argument by psychiatric medicine Inaldo Lira Neves-Manta. Member of the National Academy of Medicine, whose memory written to joining the institution versa on the subject, he devotes much of his life to institutional commitments. We understand the National Academy of Medicine as part of the medical device and theories of the psychiatrist as ways of realizing the thought that group of doctors, through which materialize the government projects. The concept of addiction as a disease of behavior as abnormal jurisdiction of the psychiatric clinic, defines two fundamental points of the apparatus of medicine in the early twentieth century: 1 - the consolidation of clinical psychiatry as a medical specialty, with its specific object, approaches and procedures; 2 - the enthronement of rationality - psi (psychiatric, psychoanalytic) in the field of education, following the slope of the medical device centered hygienist as eugenicist in the unfolding of this approach. Neves-Manta is here understood as representative of a medical group responsible for the preparation and dissemination, throughout the twentieth century, the thesis that supported the use of drugs such as physical and moral disease. His work and the institution appear especially at times when the rule of law was suspended and governmentality country needed reinforcements.

Keywords: History of Education; Psychiatric Medicine; National Academy of Medicine; drugs and addiction.

Introdução

Ao falar do psiquiatra Inaldo de Lira Neves-Manta é preciso considerar o campo de saber a partir do qual ele se pronuncia, a medicina psiquiátrica, assim como as teses que defende, configurando o processo de constituição deste campo disciplinar, a fim de compreender as ações deste médico no interior do quadro institucional proposto: em sua atuação na Academia Nacional de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro, *locus* de nossa observação. É preciso reconhecer as engrenagens acionadas pelo médico e seus pares em seu tempo para fazer funcionar esse campo disciplinar nos preceitos defendidos e por suas redes de interlocução. Sobretudo, é preciso observar o traço peculiar de uma trajetória pessoal, cuja prática profissional/institucional vai adquirindo autoridade e notoriedade à medida que este mesmo campo se consolida. Neste sentido, procuramos enfocar o modo como perfaz sua história pessoal, as redes de relações nas quais atua, à custa de quais expedientes e suas implicações.

A psiquiatria compõe, no contexto europeu no transcurso do século XIX, o conjunto teórico dos ramos da medicina voltados ao estudo do comportamento humano, como a neurofisiologia. Como especialização do campo médico, a psiquiatria vai adquirindo importância na Europa à medida que a variedade de teorias médicas, a serviço da medicina legal ganha espaço nos debates novecentistas, versando a respeito dos variados estados de insanidade mental – genericamente denominados loucura, mas cujo papel principal era “a administração dos casos de indivíduos perturbados e perigosos”.⁴ A presença dos argumentos médicos nos tribunais se justificava tanto pelo empenho em encontrar suporte explicativo para os processos mórbidos, irracionais ou monstruosos, quanto por determinar providências *medicalizantes* para a moralidade social. A particular leitura dos delitos e infrações cometidos, a medicina demarca um espaço de disseminação de suas teorias, especialmente as desenvolvidas nos domínios da medicina legal e

⁴ HARRIS, R., 1989, p. 26.

da psiquiatria, as quais procuram explicar as perplexidades do contexto histórico mais amplo.

Essa especialidade médica, no que diz respeito ao seu objeto de análise, estava dotada de certa carga subjetiva intrínseca, porque baseada em padrões de comportamentos inscritos em uma normalidade socialmente legitimada e historicamente construída, a partir dos quais essa medicina define como alvo de sua ação direta os comportamentos anormais. Foucault diz que o anormal se torna o grande domínio de ingerência da psiquiatria no final do século XIX e início do século XX, quando:

a psiquiatria se atribui como tarefa percorrer na direção de todas as desordens possíveis de conduta: invasão da psiquiatria, pois, por toda uma massa de condutas que, até então, só haviam obtido um estatuto moral, disciplinar ou jurídico. Tudo o que é desordem, indisciplina, agitação, indocilidade, caráter recalcitrante, falta de afeto, etc., tudo isso pode ser psiquiatrizado agora. (2002, p. 203).

Vera Portocarrero assim sintetiza o quadro:

Pode-se afirmar que se deu uma mudança concernente ao saber, marcada pela passagem da concepção de doença mental – fundamento da psiquiatria do século XIX – para a concepção de anormalidade como forma de psicopatologia, que constitui a novidade do discurso psiquiátrico do século XX. (2002, p. 39).

No que diz respeito à produção e às discussões entre os psiquiatras brasileiros no período, Portocarrero afirma:

As teses brasileiras apresentam o mesmo enfoque classificatório de Pinel e Esquirol. A doença mental é descrita a partir dos sintomas, que permitiram sua diferenciação em várias entidades nosográficas, agrupadas segundo os mesmos princípios de classificação das ciências naturais, só que acaba por constituir uma sintomatologia em que se enfatiza o critério de caráter moral. (Idem, p. 42).

Através de Neves-Manta, observamos as relações da psiquiatria – enquanto um campo de saber-poder que se debruça por sobre a sociedade e nela instala normas de conduta com fins a atingir as minudências do cotidiano e geri-lo – com a pedagogia em seu sentido largo de *disciplinarização* social e individual, de ingerência das diversas instâncias institucionais as quais visava instruir através do regime de verdade que procurava instaurar. Cuidamos de observar o rol de prescrições ditado corporativamente e imputado à sociedade levando em conta um conjunto temático muito discutido então e sobre o qual versam dois dos trabalhos de Neves-Manta, quais sejam: a conferência proferida em 1928, “O alcoolismo na arte e na psiquiatria”, apresentada na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro durante a *Semana Antialcoólica*, organizada pela Liga Brasileira de Higiene Mental, publicado em 1932; e a tese “As toxicomanias - fundamento ético, sociológico e terapêutico” – trabalho com o qual se candidata a uma cadeira na Academia Nacional de Medicina-ANM, em 1945, publicado sob o título “O homem e o tóxico”, somente quarenta anos mais tarde, em 1986, por ocasião das comemorações do octogésimo aniversário do autor. O pequeno trabalho trata da questão das motivações para o uso dos entorpecentes, da natureza dos vícios daí decorrentes, das medidas profiláticas terapêuticas e a quem cabe aplicá-las. Propusemo-nos compreender os usos pelo psiquiatra Neves-Manta dos preceitos teóricos do campo psiquiátrico, seus possíveis interlocutores e seus propósitos, considerando a destinação do trabalho quando de sua realização.

Para compor o quadro das preocupações da psiquiatria à época da produção de Neves-Manta, recorreremos a uma breve observação dos movimentos e compromissos da Liga Brasileira de Higiene Mental-L-

BHM. Detivemos-nos em observar o envolvimento da instituição com a questão da educação e das drogas considerando o fato de o psiquiatra Neves-Manta ter sido filiado à Liga e de ter estabelecido relações profissionais e pessoais duradouras com vários de seus integrantes, tentando demonstrar uma dimensão das redes de interlocução do psiquiatra.

Jurandir Freire Costa afirma que os psiquiatras brasileiros da LBHM se valem de padrões de condutas instituídos ou a serem instituídos ignorando, não poucas vezes, o fato destes terem sido ratificados por princípios racistas, sexistas, classistas, elitistas, moralistas. A despeito disso e a partir desses padrões são definidos os parâmetros que identificam as doenças mentais.⁵

Psiquiatria como Campo Disciplinar

O século XIX aprofunda o conjunto das técnicas voltadas à disciplinarização do corpo e da mente com o fim de torná-los dóceis e suscetíveis aos projetos das nações em suas buscas pela modernização, tomada como sinônimo de riqueza e poder no interior do dispositivo da medicina. Michel Foucault, ao falar sobre como se institui o poder médico, diz-nos em *O Poder Psiquiátrico*:

Mas esse poder do médico, claro, não é o único poder que se exerce; porque, (...) o poder nunca é aquilo que alguém detém, tampouco é o que emana de alguém. O poder não pertence nem a alguém, nem, aliás, a um grupo; só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens, etc. É nesse sistema de diferenças, (...) que o poder pode se pôr em funcionamento. (FOUCAULT, 2006, p. 7).

Neste trabalho, Foucault se ocupa em demonstrar a singularidade da clínica psiquiátrica em seu exercício de aprimoramento das próprias técnicas de controle no interior da medicina que se efetiva na dupla ausência do corpo – instância material de manifestação da doença e da cura –, instância que materializa o princípio de saúde socialmente acordado e fim último da operação médica. Segundo o autor, a medicina ocidental de tradição hipocrática utilizava-se dos períodos de crise para obter o diagnóstico das doenças, mas, a partir do aparecimento da anatomia patológica, isso passou a ser feito de modo independente da manifestação física, dispensando o momento da crise. No campo preciso da psiquiatria, os procedimentos de reconhecimento da doença mental não encontram ancoragem na anatomopatologia ou na neurologia, porque o poder psiquiátrico, ao se caracterizar na ausência do corpo, estabelece a impossibilidade de relacionar, pelos sintomas e pela nosologia, critérios classificatórios e de identificação das doenças mentais. Contudo, no momento da viragem dos séculos, a psiquiatria vive “uma espécie de explosão do campo sintomatológico”⁶, o que abre as possibilidades de expiação pelo campo da moral e das normas de conduta e comportamentos.

Entre fins do século XIX e início do século XX, aumenta, significativamente, o número de teses sobre a alienação, após a criação da cadeira de clínica psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.⁷ Os artigos com temas da psiquiatria crescem nas revistas médicas. Juliano Moreira funda, em 1907, a Academia de Medicina da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal.⁸ Nas

⁵ COSTA, J. F., 2007, p. 9.

⁶ FOUCAULT, M., 2002, p. 203.

⁷ ENGEL, M. 2001, p. 133.

⁸ Idem, Ibidem, p. 137.

teses defendidas, os psiquiatras brasileiros empenham grandes esforços na tentativa de adaptar as concepções psiquiátricas desenvolvidas na Europa à realidade brasileira. Contudo, Magali Engel percebe haver grande empenho de outros psiquiatras em desenvolver esquemas classificatórios de doenças mentais com base nos tipos nacionais de alienados, ainda que apoiados nos parâmetros europeus.⁹ Para a autora, trata-se de um esforço de reflexão destes psiquiatras acerca da realidade brasileira. Na década de 1920, cresce consideravelmente o número de instituições para tratamento dos doentes mentais.¹⁰

A psiquiatria se estabelece, portanto, através de relações de poder que se firmam na defesa de uma verdade própria, fundamentada no conhecimento, ainda que adquirido de modo impressionista, das doenças mentais e de seu aparato institucional. Sendo ciência, ela institui seus próprios meios de construir a verdade¹¹:

E se tenho direito, como ciência, de me interrogar sobre o que digo, se é verdade que posso cometer erros, como quer que seja, cabe a mim, e somente a mim, como ciência, decidir se o que digo é verdade ou corrigir o erro cometido. Sou detentora, senão da verdade em seu conteúdo, pelo menos de todos os critérios da verdade. (2006: 166).

Sem condição de instituir referências entre as doenças mentais e o corpo físico, a psiquiatria fica restrita a três instrumentos de poder: os interrogatórios, a hipnose e as drogas. É por meio destes expedientes que a racionalidade psiquiátrica se legitima e encerra sua relação entre poder, saber e verdade. Considerando que “o indivíduo (...) não é mais que o efeito do poder”¹², considerando que o poder seja “um procedimento de individualização”¹³, para Foucault, o mais importante é lidar com as redes de relações, as “disposições táticas” nas quais se inscrevem e se articulam as instituições. O seu olhar, portanto, foca no jogo, na trama que põe em causa o poder.

No Brasil, segundo Machado et al.¹⁴, o processo de *medicalização* promovido pela medicina ainda no século XIX, ao tomar como seu campo de ação toda a sociedade, se aplica também à psiquiatria, uma vez que esse ajuste de comportamentos e condutas representa a base de sua proposta de ação. Para os autores, a implantação do Hospital Pedro II, dá início à prática da psiquiatria aqui, pois se trata de uma técnica disciplinar, cuja eficácia passa pelo tratamento asilar. Como afirmam os autores: “A loucura se trata não com liberdade, nem com repressão, mas com disciplina”¹⁵.

Vera Portocarrero afirma que os psiquiatras brasileiros de fins do dezenove trouxeram o aparato teórico-conceitual e as técnicas da psiquiatria europeia sem ter, contudo, percorrido os debates que acompanharam a passagem de uma psiquiatria apoiada na sintomatologia para uma apoiada na semiologia e,

⁹ Idem, *Ibidem* p. 138.

¹⁰ COSTA, J. F., *op. cit.*, p. 41.

¹¹ A psiquiatria se estabelece como uma técnica de poder com dupla mão: a certeza incutida no doente a respeito de sua enfermidade, de um lado, assegura ao médico, por outro, sua entronização no campo da medicina (Idem, p. 358-9). Neste sentido, afirma o autor, a verdade sobre a doença mental deixa de ser perseguida pelos psiquiatras - verdade ainda procurada pelos demais médicos ocupados das doenças de natureza não psíquica. Segundo ele, essa questão não importa aos psiquiatras; ou importa menos do que a instalação de mecanismos de sujeição do doente ao sistema disciplinar do qual passa a ser parte. Enquanto dispositivos de poder, produzem os enunciados necessários à afirmação dessa prática no que tange ao controle da loucura; uma vez incorporados, conformam importante ferramenta do tratamento. Essa realidade se impõe à doença sem negociação. (FOUCAULT, 2006, p.153-178).

¹² FOUCAULT, M., 2006, p. 20.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ 1978, p. 156.

¹⁵ Idem, p. 379.

seguida, na etiologia. E diz:

As novas questões mais discutidas nos meios psiquiátricos europeus passam, aqui, a ser alvo de atenção: a influência da civilização na produção de doenças mentais, a importância da educação, as degenerescências, os diferentes modos de assistência. Retoma-se o questionamento radical da psiquiatria de Pinei, que havia levado à reformulação da concepção de doença mental, numa tentativa de resolver certas contradições que marcavam a ambiguidade desse saber. (*op. cit.*, p. 36).

A prática asilar no interior do campo da psiquiatria brasileira, no início do século XX, ocupa um capítulo importante na história dos seus procedimentos, ação-limite em um conjunto de técnicas, cuja dimensão preventiva ocupa a ponta diametralmente oposta, e, ao mesmo tempo, complementa-a na medida em que a reclusão asilar resguarda os demais membros da sociedade dos perigos aderidos às representações do doente mental. Costa ressalta que essa prática nasce comprometida com questões de natureza político-social distante da questão da saúde mental,¹⁶ mas o seu entrecruzamento com as questões da hereditariedade, advinda da matriz teórica organicista,¹⁷ permite administrar, na racionalidade psiquiátrica da época, duas questões de uma única vez. Uma delas sugere que a percepção antecipada de manifestações atávicas permite prevenir deflagrações degenerescentes, evitando a sua propagação às gerações futuras. A outra afirma a prática asilar como constitutiva de um eficiente mecanismo de inibição e interrupção destes comportamentos.¹⁸

As primeiras décadas do século XX trazem para a experiência social brasileira a demarcação de vários campos do conhecimento em curso desde o século anterior com especial destaque para o campo da medicina e da educação. No caso da medicina, a institucionalização do campo inclui a criação de organizações corporativas, cujo papel social foi fundamental na urdidura da trama de interesses negociados e barganhados de modo a garantir aos seus agentes espaço de realização prática, sancionado por um saber através do qual se instaura um poder. As agremiações e sociedades criadas então têm entre as suas funções a de definir seu campo de ação, seu domínio teórico e aparato conceitual, seus recursos e métodos de interferência, assim como o perfil de seus agentes, os domínios que lhes dizem respeito e os que lhes são indiferentes.

O reconhecimento é derivado da maneira como se impõem e se consolidam os argumentos destas sobre a particularidade e a essencialidade de seus saberes e afazeres, dali em diante tornados indispensáveis ao desenvolvimento do conjunto da sociedade. No caso específico da psiquiatria, isso implica o emprego de uma força persuasiva sustentada na distinção dos comportamentos e atitudes daqueles aceitos e recomendados – os não loucos e normais – e os outros, execrados – os loucos, os doentes mentais – a respeito dos quais a psiquiatria passa a empenhar esforços para identificá-los e mantê-los sob seu controle à custa da estruturação de um aparato institucional complexo, cujos dispositivos se alastram na forma de aparato legal, institutos asilares, formação de um corpo de especialistas, elaboração de teorias, discursos, etc. Esse conjunto de questões fez com que um grupo de psiquiatras ligados à Liga Brasileira de Higiene Mental

¹⁶ COSTA, J. F., 2007, p. 30.

¹⁷ A FONTE PARECE MARIOR! A psiquiatria organicista tem matriz alemã e seu principal representante é o psiquiatra Emil Kraepelin. Segundo essa corrente, a doença mental tem causas biológicas e genéticas. Essa abordagem abriu espaço para a aceitação da teoria da degenerescência neste campo disciplinar. Entre seus seguidores no Brasil, podemos citar Juliano Moreira e Henrique Roxo.

¹⁸ COSTA, J. F., *op. cit.*, p. 32.

tivesse se convertido em agentes das teorias eugênicas e atuado como agentes de uma assepsia racial, social e cultural confiante nos métodos e na objetividade desta “ciência”.¹⁹

Vícios e Educação na Psiquiatria Brasileira do Início do século XX

Na história da medicina, o recurso à formulação das teorias patogênicas remete antes aos vínculos e compromissos deste campo com as esferas do poder do que aos resultados da prática médica sistemática decorrente do estudo das doenças. Neste sentido, visando pôr em prática expedientes disciplinares corporais que convergissem com os interesses dos que governam, a medicina elabora suas nosologias respeitando esse primado no que diz respeito, particularmente, à construção do conceito de dependência/adicção²⁰, conceito que deriva da ideia da origem organicista da doença mental, porém, deslocando-a estritamente para a mente. Nesses termos, pessoas sob outros aspectos consideradas normais e sãs poderiam sofrer da “doença da vontade”, sendo exatamente essa fraqueza, no limite uma fraqueza moral, o aspecto sobre o qual se debruçam os psiquiatras – o que lhes avaliza ampliar seu campo de intervenção e de ação.

Mesmos os debates sobre os problemas relacionados ao uso imoderado de bebidas e outras drogas nas sociedades ocidentais tendo antecedido o quadro aqui demarcado, somente mais recentemente, no curso do século XIX, no processo de afirmação da psiquiatria como especialidade médica, o conceito de *adicção* se desenvolveu na Europa e se instalou no século XX. Já no início do dezenove, surgem as primeiras teorias sobre a embriaguez como “uma doença da mente” ou um “transtorno da vontade”. Conceitos como dipsomania²¹ e monomania²² nascem com o propósito de fornecer elementos explicativos às fraquezas observadas ante o consumo de álcool.²³ Outras drogas foram arroladas nesse conjunto de justificativas para essa doença da vontade, visível pela entrega dos indivíduos ao consumo imoderado destas substâncias e às circunstâncias daí advindas, sobretudo, das *adicções* provocadas por iatrogenia²⁴.

As ideias respeitantes à degenerescência da raça predominam no Brasil até avançado o século XX nas suas primeiras décadas, quando a medicina higienista se aprimora na formalização de medidas preventivas extensivas à higiene mental, voltada a promover a regeneração mental e moral por estímulos à readequação social com vistas à promoção do bem comum e ao progresso da nação. As mudanças em curso no meio social possibilitam aos psiquiatras o ambiente propício à propagação de suas teses e a sentenciarem a necessidade de sua presença.

Entre nós, as questões envolvidas nas justificativas operadas por estes especialistas no que diz respeito às condutas tomadas por inadequadas – costumeiramente patologizadas, ligadas ou não ao uso de drogas – têm sido o foco dos estudos da história deste campo disciplinar²⁵. Tal abordagem permitiu

¹⁹ Idem, p. 22-5.

²⁰ BERRIDGE, V., 1994, p. 15.

²¹ Em 1819, o médico Carl Von Bruhl-Cramer desenvolveu esse conceito para classificar a embriaguez habitual que resultava de uma “doença do sistema nervoso” e se caracterizava por “um desejo irresistível pelo álcool.” (BERRIDGE, V., 1994, p. 17).

²² Conceito formulado pelo alienista Esquirol para classificar “a incapacidade de abster-se de bebida”. (Idem, Ibidem).

²³ Idem, p. 17.

²⁴ Diz-se iatrogenia as alterações de caráter patológico provocadas por prescrições medicamentosas, procedimentos médicos ou exposições ao ambiente hospitalar.

²⁵ A esse respeito observamos, particularmente, os trabalhos de MACHADO, Roberto et al., *A danação da norma*, de 1978; e de COSTA, J. F., *História da Psiquiatria no Brasil*, de 1976, SANTOS, Fernando S. Dumas dos. *Alcoolismo: A Invenção de uma Doença*, 1995; ENGEL, Magali G. *Os Delírios da Razão*, 2001; PORTOCARRERO, Vera, *Os Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a Descontinuidade Histórica da Psiquiatria*, 2002; SILVA, Maria de Lourdes. *Drogas - da medicina à repressão*

compreender as estratégias de controle de que lançaram mão seus agentes permitindo pensar os meios através dos quais o saber psiquiátrico se instituiu, tornou-se prestigiado, estabeleceu proximidade com os poderes constituídos e atingiu as capilaridades da dimensão social. Do trabalho de Jurandir Freire da Costa, conforme já exposto, convém enfatizar sua compreensão de que os psiquiatras organizados em torno da Liga Brasileira de Higiene Mental-LBHM, nos anos de consolidação deste campo disciplinar, imputaram como discurso científico suas próprias convicções de vida, valores, crenças, preconceitos perpetuando concepções sem qualquer fundamento ou sustentação científica, enfatizando a força exercida pelo meio cultural sobre as teorias psiquiátricas elaboradas então.

Fernando Dumas dos Santos afirma que a construção do alcoolismo como doença, no dezenove, visa dois alvos simultâneos: o controle gradativo dos prazeres e o estabelecimento de regras racionais e científicas no uso desses prazeres.²⁶ Para este autor, a motivação para tais medidas reside na crença de que o excesso de bebidas exacerba as paixões e suprime a moral, aspectos agravados no contexto do capitalismo por três características da modernidade: a disciplina imposta pelos processos de trabalho; a sensação de diluição da identidade individual dentro das massas urbanas; e a alteração da noção de tempo.²⁷ No curso de tais injunções sociais, o vício se consolida como doença por dois caminhos complementares: hereditariedade e meio social.

O caráter prognóstico dessa medicina conduz à observação da saúde e a sua manutenção por intervenção difusa no meio social. Desde a teoria da degenerescência de Bénédict Augustin Morel (1809-1873), a educação é tomada como instância capaz de deflagrar a doença mental (quando referida ao conjunto das experiências adquiridas pelo sujeito em seu ambiente social) ou como parte das estratégias terapêuticas de regeneração. Vera Portocarrero afirma:

Curiosamente, à proporção que o discurso psiquiátrico se aproxima da clínica médica, por meio do substrato físico oferecido pela teoria da degenerescência, cresce seu envolvimento com a origem moral, recaindo inclusive em discussões sobre a educação que, longe de ser deixada para trás como poderia parecer aos olhos dos defensores das teorias organicistas em psiquiatria, ganha força, tornando-se foco de preocupação de grande parte dos alienistas. O problema da educação enfoca tanto a criança como uma medida preventiva contra a possibilidade de a civilização exercer influências negativas a sua saúde mental, quanto o degenerado, como uma medida terapêutica de reeducação por meio do tratamento moral. (2002, p. 58).

José Gondra, em *Medicina, higiene e educação escolar*, mostra como o campo médico opera esse deslocamento da observação da doença para a saúde penetrando o meio social, se inserindo no espaço privado da casa - ordem médica justificada no dezenove como recurso para esvaziar prisões e galés já no século XIX e de como à educação cabe promover a propagação de um modelo de fortuna social e desenvolvimento capaz de adequar e corrigir desajustados.²⁸ Essa proposta ganha mais força quando os esforços dos defensores da política do branqueamento, com suas esperanças de melhoramento da raça, se veem esgotados ante a realidade nacional e a defesa da regeneração se apresenta como alternativa, abrindo espaço para propostas como a seguinte, publicada na revista oficial da LBHM, *Arquivos Brasileiros de Higiene*

policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945, 2009.

²⁶ 1995, p. 52-4.

²⁷ Idem, p. 18-9.

²⁸ 2003, p. 525-34.

Mental, sob o título de *Contribuição de Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene*:

Precisamos não ficar na simples assistência medica e social ou no mero trabalho de custódia, que exige cada dia a criação de mais asylos, hospícios, casas de caridade, prisões, e colonias correccionaes, para os nossos psychopaths, deficientes, criminosos, delinquentes, incapazes, indigentes e desempregados chronicos, mas o contrario, devemos ir alem, descendo ao amago do problema, para organizar o trabalho de defesa preventiva das mentalidades individuaes e instruir a obra constructora de cuidar da educação da infância e da puerícia, preparando a adaptação desses futuros adultos. (S/autor. Revista *Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Março de 1925, nº 1, Anno I, p. 194).

A obra pedagógica do livramento dos vícios, portanto, não se opera na exclusividade da ação sobre a criança no espaço escolar; estende-se aos homens e mulheres no seu trânsito pelo espaço social, na reiteração constante de seus estilos e modos de vida assumidos cotidianamente na dinâmica da cidade. Embora importe pontuar aqui que livros didáticos são escritos e reformas no âmbito da educação pública são propostas e executadas (primária, secundária ou profissional) na Capital Federal, visando tornar a educação um instrumento de intervenção planejada com fins à reeducação dos seus habitantes, no espaço escolar das primeiras décadas do século XX, a educação metaforiza o espaço urbano como espaço escolar, empregando suas marcas de interdições e permissões enquanto produto higiênico e moral que reinventa a cidade, metonímia do país.²⁹

A abertura ao conhecimento produzido em outras áreas adensa e complexifica a função da educação e do professor na sociedade retroalimentado por esses domínios diversos. No que nos interessa aqui reter desta ideia, importa pensar a forma autorizada de entronização do saber médico no campo da educação, da psicologia/psiquiatria, nos cursos de formação de professores. Em artigo publicado na Revista da LBHM, temos:

(...) à Liga Brasileira de Hygiene Mental incumbe a alta função de propagar as grandes linhas desse trabalho educativo de hygiene mental, procurando despertar a atenção geral. É possível que sua acção tenha de exercer-se em materia consultiva para as organizações officiaes e particulares já existentes. Só ahí, que grande função lhe estará reservada? Um exemplo concreto: bate-se a Liga pelo melhoramento da instrucção technica das professoras primarias, organizando-se, em bases logicas e uteis, o ensino da Psychologia nas Escolas Normaes. Desse esforço sahiram resultados muito apreciaveis, porque assim se multiplicariam as fontes de propaganda dos grandes principios que põem na educação os fundamentos da hygiene mental cultivando e preparando as mentalidades individuaes para o correcto ajustamento futuro, base da saúde, do trabalho e da felicidade. (FONTE-NELLI, J. P. “Higyene Mental e Educação”. Revista *Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Março de 1925, Anno I, n. 1, p. 9).

Trata-se da instalação de um dispositivo da psiquiatria no interior do campo educacional perpetuado até os dias atuais, na ainda expressiva tendência de explicar comportamentos divergentes como transtornos, síndromes, doenças cuja competência para identificá-los cabe ao professor, cumprindo o propósito de encaminhar o escolar ao médico especialista. Nos trabalhos de Neves-Manta, vemos reforçada essa ideia do imperativo psiquiátrico/psicanalítico como dispositivo para fins de diagnóstico e classificação da população à revelia de seu envolvimento, conhecimento ou autorização. Passemos a ele.

²⁹ NUNES, C., 1996, p. 168-9.

Inaldo de Lira Neves-Manta - Notas Biográficas

Inaldo de Lira Neves-Manta nasceu no estado de Pernambuco em 1903. Iniciou o curso primário no Colégio da Neves, em João Pessoa e o concluiu no Colégio Arquidiocesano. Em Recife, no Instituto Carneiro Leão, fez o curso secundário. Embora já morasse no Rio de Janeiro, foi na Bahia que ingressou na Faculdade de Medicina, retornando à Capital Federal para concluir seus estudos pela Universidade do Brasil, em 1926.

Neste mesmo ano, escreveu *Individualidade e a obra mental de João do Rio em face da psiquiatria*, publicado em 1928, com o título: *A arte e a neurose de João do Rio*, no qual analisa o cronista sob a ótica da psicanálise. O trabalho teve boa acolhida do meio acadêmico carioca, e rendeu elogios de Afranio Peixoto e João Ribeiro, entre outros. Neves-Manta foi aluno e amigo de Juliano Moreira, com quem trabalhou como interno no Hospital Nacional de Psicopatas quando este era diretor da instituição. Participou da fundação da primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise, juntamente com J. P. Porto Carrero, Murilo de Campos, Durval Marcondes e Carneiro Airoso, em 1927. Em 1929 foi admitido como assistente do psiquiatra e professor Henrique Roxo na cátedra de clínica psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina, de quem se tornou discípulo e amigo. Em 1933, colaborou no curso de extensão universitária em psiquiatria, oferecido por este professor, e foi escolhido redator--secretário da revista “Arquivos Brasileiros de Neuriatria, Psiquiatria e Medicina Legal”.

Em 1934, foi nomeado professor docente-livre da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, lecionando nos anos seguintes cursos de psicologia, medicina legal e sociologia. Em 1937, se tornou psiquiatra-chefe do Hospital Nacional dos Alienados (fundado em 1852, como Hospício Pedro II, e rebatizado em 1965 como Hospital Pinel). Em 1945, concorreu a uma vaga de titular na Academia Nacional de Medicina, sendo empossado no ano seguinte. Na Academia, exerceu os cargos de diretor da biblioteca, arquivo e museu (1949/1951); secretário-geral em dois biênios (1955/1957 e 1957/1959); 1º secretário (1951/1953); e foi por duas vezes, presidente da instituição (1963/65 e 1967/69).

Nesta época, integrou também a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal; a Sociedade Brasileira de Criminologia; a Liga Brasileira de Higiene Mental – as mais destacadas instituições corporativas criadas no período – nas quais atuou.

Entre os anos de 1926 e 1945, o psiquiatra escreve a quase totalidade de seus trabalhos de cunho acadêmico, destacando-se, nas décadas seguintes, mais por suas ações burocrático--administrativas do que por sua produção científica. Na lista das obras do autor constam os seguintes títulos, em ordem cronológica:

- Ensaios, Estudos e Orações:

1926 - A Arte e a Neurose de João do Rio;

1931 - Conceito de Loucura Imposta e a sua Significação Psicológica;

1931 - Pode o Comatoso Testar?

1932 - Fundamentos da Psiquiatria Clínica;

1932 - O Alcoolismo na Arte e na Psiquiatria;³⁰

1945 - Psicanálise da Alma Coletiva (3ª edição);

1946 - A Folha e o Vento;³¹

1950 - O Espírito Humano (3ª edição);³²

1951 - A Alma do Homem (2ª edição);³³

s/d - O Homem e a Vida (Dostoiévski e outros ensaios);

- Estudos e Pareceres Psiquiátricos³⁴.

- Contos e Novelas:

1948 - Borba Sangue - Quatro mergulhos na Alma do homem (2ª edição);³⁵

s/d - O Colégio - ou a inquietação dos sentimentos...

A extensa lista de atividades exercidas, cargos ocupados e relações estabelecidas por Neves-Manta, ao longo de sua trajetória profissional, indicam a medida de sua inserção no cenário acadêmico da época e da proximidade dos núcleos de decisão política. Entre as décadas de 1920 e 1940, Neves-Manta mantém relações profissionais e pessoais com os mais destacados psiquiatras da época, filiados à Liga Brasileira de Higiene Mental, como seus mestres Henrique Roxo e Juliano Moreira – ambos defensores da teoria da degenerescência de Morel, ainda que o pensamento destes dois autores seja divergente.

Após sua entrada na Academia Nacional de Medicina, seus interesses se concentraram nas atividades de docência e administração, cessando quase por completo sua produção autoral. Ele continua a emitir pareceres psiquiátricos – como destaca a breve biografia do psiquiatra existente no museu da ANM, que leva o seu nome – e a encampar várias ações institucionais, mas sua produção científica míngua consideravelmente, conforme se pode verificar na lista de obras do autor exposta pouco atrás. Apesar disto, observamos que o interesse pelo tema do vício e do uso de drogas se mantém por sua longa vida profissional, não mais como objeto de estudo, mas como alvo de ações institucionais. Em seu acervo pessoal do Museu Inaldo de Lira Neves-Manta da ANM, encontramos uma carta escrita por Jurandyr Manfredini em 1967, enquanto diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, endereçada a Neves-Manta, então diretor-geral do Departamento Nacional de Saúde, na qual propõe estratégias para a campanha nacional contra o alcoolismo do ano seguinte.

Em 1972, Neves-Manta coordena um curso sobre drogas na Academia Nacional de Medicina juntamente com o psiquiatra e acadêmico Heitor Peres (Figura 2), embora nenhuma aula deste curso de atualização seja dada por Neves-Manta. O programa do curso, coordenado pelos psiquiatras, cujo tema é

³⁰ Esse trabalho foi apresentado como conferência na Semana Antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1928.

³¹ Trata-se do discurso feito quando empossado na Academia Nacional de Medicina.

³² A referência a este trabalho não remetia às primeiras edições.

³³ Cf. nota anterior.

³⁴ Consta de sua biografia que ele prefaciou mais de 26 livros de psiquiatria, sociologia, romances e poemas. ACERVO PES-SOAL DE INALDO DE LIRA NEVES-MANTA. Museu da Academia Nacional de Medicina.

³⁵ Há uma referência no livro “Pode o Comatoso testar?”, de 1931, a uma edição de “Borba Sangue” em 1930, o subtítulo, contudo.

“Toxicomanias e Adolescência”, entre os dias 9, 10, 11 e 12 de outubro de 1972, na Academia Nacional de Medicina, é o que se segue:

Segunda-feira, dia 9 de outubro:

20h30 – “Dependência física” Prof. Adjunto João Romildo Bueno

21h30 – “Legislação antidroga” Acad. Heitor Peres.

Terça-feira, dia 10 de outubro:

20h30 – “Perícia criminal” Prof. George Verdeaux, de Paris.

21h30 – “LSD e alucinógenos” Prof. César Poggi de Figueiredo.

Quarta-feira, dia 11 de outubro:

20h30 – “A fármacodependência potencial” Prof. Lauro Sollero.

21h30 – “Maconha” Prof. José Ribeiro do Valle.

Quinta-feira, dia 12 de outubro:

18h00 – “A crise de valores na adolescência” Prof. Baranho Fernandes, de Portugal.



Fonte: Museu Inaldo de Lira Neves-Manta, Academia Nacional de Medicina

Não havia, entre os documentos do acervo pessoal de Neves-Manta nada mais que remetesse ao programa do curso ou às aulas ministradas. Localizamos a palestra de abertura do curso, feita pelo médico psiquiatra Heitor Péres, em cujo conteúdo, sucintamente apresentado, foram encontrados indícios do debate na ocasião em que a política de “Guerra às Drogas” acabava de iniciar.

O contexto político nacional no qual o curso é oferecido, os *Anos de Chumbo* da Ditadura Militar do governo Médici, reforça o alinhamento brasileiro à nova política americana, recrudescendo o dispositivo interno de perseguição aos subversivos. A lei aprovada em 1938 vigorou até 1968 com uma alteração feita pelo Código Penal de 1940, cujo artigo 281 discriminava a conduta de traficar. Em 1968, o decreto-lei nº

368 substitui a alteração do Código Penal equiparando traficante a usuário, ambos com penas idênticas. Em 1971, é editada a lei 5.762, permitindo a denúncia e a prisão de usuários e traficantes sem exigência de laudo toxicológico. Poucos anos depois, em 1976, é sancionada nova lei de entorpecentes. Novamente separando as figuras de usuário e traficante, a nova lei 6368 entende o primeiro como doente, cabendo-lhe prisão compulsória sob acompanhamento médico. O controle – prevê a lei – seria matéria da psiquiatria, responsável pelo dependente e com poder de polícia, pois incumbe a esse profissional, exclusivamente, determinar quando o usuário estaria em condição de sair do manicômio.

Neves-Manta defende até o fim de sua vida a prática asilar para doentes mentais, incluindo nesta categoria os usuários de drogas, indo na contramão dos profissionais do setor que lutavam pela reforma psiquiátrica. Como estertor final da Ditadura Militar, em matéria publicada no jornal *O Globo* em 13/09/1983, por ocasião das homenagens que recebeu pelo seu octogésimo aniversário, a Federação Brasileira de Hospitais anuncia a criação do “prêmio Neves-Manta”, no valor de Cr\$1 milhão, para quem apresentasse o melhor trabalho sobre o tema “o hospital psiquiátrico como centro de promoção de saúde mental” (Ver Figura 2).

O Globo - 13-9-1983
Psiquiatra quer clínicas para a população carente

Presidente pela terceira vez da Associação de Psiquiatria do Rio de Janeiro, o professor Inaldo Lyra Neves Manta disse ontem que para as populações mais carentes poderem receber assistência psiquiátrica é necessária a criação de clínicas abertas nos principais bairros da cidade.

— Do ponto de vista cultural, a psiquiatria vai muito bem. Mas a nível de assistência ela é deficiente — observou Neves Manta, ainda emocionado pelas numerosas homenagens que vem recebendo pela passagem de seu octogésimo aniversário, no dia 6 passado.

Professor titular de Psiquiatria da Faculdade Souza Marques e da Faculdade de Medicina de Vassouras, Neves Manta disse acreditar que “com boa vontade e compreensão” os problemas da área de saúde, de um modo geral, serão todos resolvidos. Em sua homenagem a Federação Brasileira de Hospitais (FBH) criou o Prêmio “Neves Manta”, no valor de Cr\$1 milhão. O prêmio deverá ser entregue em novembro próximo ao realizador do melhor trabalho sobre o tema “O hospital psiquiátrico como centro de promoção de saúde mental”.

CONFIANÇA NO BRASIL

Neves Manta disse estar confiante, também, em que o Brasil encontre uma saída para a atual crise econômica:

— Nosso País não vai acabar porque está devendo, pois ele não é uma pessoa, que ao viver uma profunda crise de depressão, mete uma bala na cabeça e morre — disse o psiquiatra.

Referindo-se à crise econômica mais ampla — que abala muitos países da América Latina —, Neves Manta disse que “essa convulsão de problemas é uma coisa meteórica, que se resolverá por si só, apesar da política e dos políticos”.

TRABALHO LITERÁRIO

Membro Correspondente da Academia Dominicana de Letras, o professor Neves Manta já prefaciou 26 importantes livros de psiquiatria, sociologia, romances e poemas.

Com muita simplicidade, Neves Manta guarda em uma das estantes de seu apartamento, na Avenida Atlântica, importantes peças literárias e homenagens feitas a ele. Lá estão, por exemplo, os livros “Porque construí Brasília” e “Meu caminho para Brasília”, de Juscelino Kubitschek, que lhes foram oferecidos pelo próprio ex-Presidente da República.

Neves Manta não acredita que a atual crise possa influir negativamente sobre os rumos das artes nacionais:

— Penso que isso não ocorrerá — disse — porque o verdadeiro artista tem uma personalidade muito forte, capaz de captar os sofrimentos e as alegrias na sua essência e da melhor forma possível, em qualquer época.

No próximo dia 22, às 18h, Neves Manta será homenageado pela Academia Nacional de Medicina, na Avenida General Justo 367.



Professor Inaldo Lyra Neves Manta

Fonte: Museu Inaldo de Lira Neves-Manta, Academia Nacional de Medicina

Vícios e Educação em Neves-Manta

O trabalho *O Homem e o Tóxico* foi somente publicado em 1986, embora escrito na década de 1940, conforme já dito. Tese com a qual postula uma vaga na Academia Nacional de Medicina, o livro possui 38 páginas, contando o prefácio de Eustachio Portella Nunes. Uma numeração sequencial à semelhança de capítulos – sem título, contudo, somando seis no total, incluindo o que pode ser tomado como conclusão

– cria certa estrutura e organização. O recurso à reticência é utilizado, conforme é possível conferir alguns exemplos nas passagens adiante citadas, ao longo das 36 páginas do trabalho, 39 vezes, excetuando outras quatro vezes as quais se referem às citações. Esse expediente confere ao texto um lugar intermediário entre a apresentação de uma tese de caráter acadêmico e a construção de uma narrativa mais literária com traços de apelo à reflexão mais pretensamente filosófica do que científica, conforme as características estilísticas do autor destacadas pelos seus contemporâneos.

A despeito da distância que a publicação guarda do momento da escrita do texto, o autor do prefácio destaca a “grande atualidade” do trabalho, “fugindo ao moralismo que desfigura, ainda hoje, numerosos trabalhos sobre drogas”.³⁶ Observa a “acuidade surpreendente do autor” na compreensão dos fundamentos psicanalíticos para a época por acentuar “as fixações orais na gênese da toxicofilia”.³⁷ O autor do prefácio destaca também a atualidade das “sugestões terapêuticas” enfatizando o fato de “nenhuma ênfase [ser] dada à repressão policial, válida somente no combate ao tráfico”.³⁸ Corroborando o matiz sociológico adotado por Neves-Manta em sua abordagem, afirma: “o uso eventual de drogas, como o álcool, constitui recurso de alívio temporário da pesada condição humana”³⁹, mas realça que a “toxicofrenia⁴⁰ é problema sanitário de inadaptação social”⁴¹ entendendo a dimensão pública da questão, abrindo-a à intervenção do Estado.

A adoção da concepção sociológica a respeito do uso das drogas, na abordagem de Neves-Manta, está expressa ao longo da narrativa do livro nas causas sociais que, segundo ele, “condicionam” o surgimento do uso de drogas e o desenvolvimento dos vícios: desigualdade, pobreza, competitividade, ganância por lucros e riquezas. Na frase inicial do livro, o psiquiatra afirma: “a toxicomania estriba-se na transigência ilícita de três ou quatro países sequiosos de ouro...”⁴² por ser uma “fonte de receita útil”⁴³ agravada pelo fato de haver na sociedade “distribuição tão injusta de riquezas não fosse esse motivo da luta aniquiladora pelo pão de cada dia...”,⁴⁴ sendo a própria “organização social [quem] oferece-lhe [ao homem], então, o estímulo enganoso na droga ou beberagem”.⁴⁵ Segundo Neves-Manta, o extraordinário lucro justificaria a imoralidade na insistência da manutenção do comércio por alguns países. E acrescenta:

O responsável exclusivo pelo advento cada vez mais crescente da toxicomania no ambiente humano - do tipo que o for - é a sociedade. Essa mesma sociedade que aparenta sentir as dores alheias e não assegura os meios para a profilaxia racional da célula perturbada ou sofredora, faminta ou enferma de uma humanidade que se desfaz. (Idem, p.17).

Além das causas sociais e econômicas, a outra razão para a existência dos usos e vícios de drogas estaria nas “imperscrutáveis sensações de insuficiência subjetiva”⁴⁶ geradoras de “uma procura” nunca sa-

³⁶ Neves-Manta, 1986, p. 9.

³⁷ Idem, p. 9.

³⁸ Idem, p. 10.

³⁹ Idem, p. 10.

⁴⁰ Doença provocada pela ingestão reiterada de álcool e outras drogas, cujo sintoma maior seria a impossibilidade de manutenção do discernimento, segundo o Novo Código do Direito Civil, sancionado pela lei nº 10.406, de 10/01/2002. Em seu Art. 4, § II, reitera o decreto-lei 891, de 1938, citado anteriormente, no qual a interdição e a internação desses passam a ser legal.

⁴¹ Idem, p. 12.

⁴² Idem, p. 11.

⁴³ Idem, p. 12.

⁴⁴ Idem, p. 12.

⁴⁵ Idem, p. 13.

⁴⁶ Idem, p. 11.

tisfeita.⁴⁷ As circunstâncias sociais e econômicas maximizariam os dilemas interiores do homem moderno – sobretudo, daqueles que apresentam propensões “constitucionais” – para o desenvolvimento da “doença” toxicomania. O vício sempre se instalaria em perfis psicopatológicos, em “personalidades enfermiças” por “tendência ou contactividade” (*sic*).⁴⁸ No que diz respeito ao álcool, a perda do controle da vontade geraria o quadro da dipsomania, por inclinações atávicas ou por “condições da adaptação e incorporação alcoólica”,⁴⁹ chegando a ficar em situação similar ao dipsômano constitucional.⁵⁰ Nesse quadro, acrescenta: “como seria possível evitar os frutos danosos de uma árvore se lhe não melhora a qualidade da terra, se lhe não adubam ou revolvem, vez por outra, as camadas geológicas?”.⁵¹

A mesma empresa sociológica positiva adotada para o álcool inclui ópio, morfina, éter, haxixe e cocaína. Acrescenta ao entendimento, sobre os toxicômanos, utilizando a categoria raça para descriminá-los: “o álcool empresta ao branco, triste, uma jovialidade que jamais o homem possuiu para em seguida jogá-lo ao leito, exausto”;⁵² “a opiomania, em regra, é praticada pelos chineses. Extraordinariamente por algum gozador impertinente. Fim de raça...”,⁵³ e complementa: “que importa assim a miséria humana se o cérebro se alça, embora enganosamente?”.⁵⁴ Esses enganos geram os distúrbios psíquicos que tornam os acometidos amorais, irresponsáveis, propensos ao crime;⁵⁵ tais distúrbios fazem o cocainômano, por exemplo, sofrer de profundas alucinações e delírios⁵⁶ e faz do morfinômano um ser escravizado.⁵⁷ No fim das contas, todas as drogas conduzem à “decadência física e ao aniquilamento moral”⁵⁸ e somente “resta ao psiquiatra a verdadeira orientação pragmática”.⁵⁹ O único tratamento possível é a internação em hospital para doentes mentais, os “frenocômios”;⁶⁰ tratamento que deve cumprir quatro etapas: 1 - desintoxicação; 2 - reequilíbrio afetivo; 3 - reajustamento psíquico; 4 - reabilitação social. A cura só é admitida quando a reinserção social ocorre sem recidiva.

A doença do vício causada pelas drogas seria fonte de sofrimentos e agonias cujo fim, fora da ordem médica, seria a morte. Por isso, o “puro espírito científico”⁶¹ motiva o médico psiquiatra em sua estratégia terapêutica. A legislação em vigor à época da publicação do livro, lei nº 6.368, de 1976, como já visto, dava amplos poderes aos psiquiatras. No capítulo II, relativo ao tratamento e à recuperação, temos: “Art. 10. O tratamento sob regime de internação hospitalar será obrigatório quando o quadro clínico do dependente ou a natureza de suas manifestações psicopatológicas assim o exigirem”.⁶² Era de inteira responsabilidade do médico psiquiatra, portanto, determinar a duração e a terapêutica aplicada no tratamento dos dependentes físicos e psíquicos.

Segundo o autor, apesar da toxicomania ter causas sociais, ela não é um problema de educação, por-

⁴⁷ Idem, p. 12.

⁴⁸ Idem, p. 16.

⁴⁹ Idem, p. 16.

⁵⁰ Idem, p. 17.

⁵¹ Idem, p. 17.

⁵² Idem, p. 20.

⁵³ Idem, p. 19.

⁵⁴ Idem, p. 20.

⁵⁵ Idem, p. 20.

⁵⁶ Idem, p. 31.

⁵⁷ Idem, p. 29.

⁵⁸ Idem, p. 20.

⁵⁹ Idem, p. 28.

⁶⁰ Idem, p. 35.

⁶¹ Idem, p. 11.

⁶² Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976.

que “a alma humana não é transparente”⁶³ e as injunções externas são diversas e não agem com a mesma intensidade.⁶⁴ E concluindo, afirma que a força coercitiva que tanto a educação quanto a moral exercem sobre os indivíduos, a ponto de constranger suas realizações, cessam ante a ação dos psiquiatras,⁶⁵ porque esses são os únicos com competência para trazer à tona os tormentos do inconsciente e fazer cessar o sofrimento e “inverter-lhe [do doente] as fórmulas amargas da existência”.⁶⁶

A questão da educação aparece no início e no final do livro. Abrindo e encerrando o debate, ela é carregada da impotência que lhe atribui o médico de, por si só, poder ficar encarregada da administração da questão, pois sendo a toxicomania uma doença da incapacidade da vontade, outra competência não lhe cabe senão a médica. Porém, à educação é reservado o trabalho profilático. A ela compete função de prevenção, também estatuída pela legislação. A lei nº 6.368, incorpora a proposta, conforme determina em seu capítulo I, relativo à prevenção:

Art. 5º- Nos programas dos cursos de formação de professores serão incluídos ensinamentos referentes às substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos.

Parágrafo Único. Dos programas das disciplinas da área de ciências naturais, integrantes dos currículos dos cursos de 1º grau, constarão obrigatoriamente pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e efeitos das substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. (Coleção de Leis da República, 1889-2000).

Em um cenário onde as substâncias que provocam morbidade são ilegais, os seus usuários são, conseqüentemente, criminosos. A imputação de responsabilidade penal cabível implica internação em “estabelecimentos próprios” para tratamento – as legislações sobre a matéria consagraram essa proposta, conforme já visto. O tempo de duração da “pena” – estabelecida na forma de internação compulsória nos manicômios – depende do processo de recuperação do viciado sendo variável, indeterminado, a critério exclusivo do psiquiatra.

As teses apresentadas no livro de Neves-Manta estão envelhecidas na época da publicação, porém, a despeito disso, reedita e atualiza a autoridade da clínica psiquiátrica sobre as drogas. A manutenção de preceitos que reafirmam a prática como manifestação patológica com força de verdade científica, chancelada por respeitável instituição, somente foi possível nos quadros de regimes autoritários como as ditaduras de Vargas e dos militares.

Considerações Finais

A atuação institucional de Neves-Manta garante sobrevida aos fundamentos por ele defendidos no livro escrito em 1945 e publicado em 1986. Tomado aqui como representante de um grupo com quem partilhava suas ideias, Neves-Manta aloca essas ideias por décadas no interior de diferentes instituições corporativas de ensino e pesquisa, das quais foi membro. Seus momentos de maior expressão, no

⁶³ Idem, p. 11.

⁶⁴ Idem, p. 12.

⁶⁵ Idem, p. 36.

⁶⁶ Idem, p. 36.

diálogo travado com diferentes regimes políticos, ocorrem, a considerar os resquícios documentais do acervo pessoal, nos regimes de exceção, quando a opinião da instituição a respeito da lei, da ação da polícia, da educação parece ser levada em conta.

O livro do psiquiatra Neves-Manta constitui meio de divulgação do dispositivo psiquiátrico para os usuários de drogas, personagens cuja caracterização ao longo do século XX manteve-se no reduto do portador de distúrbio mental. O crescimento da autoridade desta clínica nesse período esteve na proporção direta do crescimento da periculosidade e da ameaça que o personagem adquiriu nas diferentes conjunturas. A política do confinamento que atravessa o século XX é representativa da proximidade que a clínica manteve dos centros de decisão política, da influência exercida sobre eles, do quanto sua especialidade deve às questões relativas às drogas e à construção do conceito de adicção sua notoriedade⁶⁷ e, sobretudo, sua permanência entre as forças que definem as faces do poder em diferentes momentos.

Nesse sentido, convém pensar na função institucional cumprida por Neves-Manta prolongando suas ideias e de seu grupo para além de seu tempo enrijecendo a ciência, robustecendo equívocos políticos, sabotando o curso natural das mudanças que o tempo traz, constringendo gerações inteiras a conviverem com estatutos impróprios e a respeito dos quais, por um mecanismo perverso de desautorização da sanidade e da autonomia política, essas gerações quase nada puderam dizer.

Contudo, cabe-nos indagar a respeito da força representativa da instituição entre os médicos – psiquiatras ou não – nesse período. Quem são os médicos que se mantêm à frente da instituição? Em qual medida ela ainda expressa os anseios da categoria? Em nome de quem e com quem dialoga? Já não estamos mais no cenário do século XIX no qual a Academia Imperial de Medicina (primeiro nome da ANM) concentrava as aspirações e a produção dos médicos do país. Ao longo do século XX, pulularam entidades representativas para as diversas especialidades clínicas que pulverizaram a atenção dos profissionais. Diante desta nova realidade, o que coube à ANM? Pensar sobre seu papel e influência nas conjunturas mais recentes e a respeito de como se regulam as conjunções de forças que deliberam na sociedade nestes diferentes momentos é tarefa que sobressai ao término de nossas considerações.

Referências

BERRIDGE, Virgínia. Dependência: história dos conceitos e teorias. In: EDWARDS, G. & LADER, M. **A Natureza da Dependência das Drogas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BITTENCOURT, L. M. Do Discurso Jurídico à Ordem Médica. Depto de Psicologia, PUC-RJ, Tese de Mestrado, 1986.

CAPONI, Sandra. “Michel Foucault e a Persistência do Poder Psiquiátrico”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, janeiro-fevereiro, 2009, p. 95-103. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?url=http://www.redalyc.org/pdf/630/63014111.pdf&chrome=true>.

⁶⁷ BERRIDGE, *op. cit.*, p. 15.

- COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**. 5 ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DARMON, Pierre. **Médicos e Assassinos na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ENGEL, Magali G. **Os Delírios da Razão – médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- FACCHINETTI, Cristiana. **O Brasileiro e seu Louco**: notas preliminares para uma análise de diagnósticos. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Org.). **Uma História Brasileira das Doenças**. v. 1, Rio de Janeiro: Paralelo 15, 2004, p. 295-307.
- GONDRA, J. G. – Medicina, higiene e educação escolar. In: FARIA FILHO, L. M. de (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 20ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- _____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MASSAUD, Moisés. **História da Literatura Brasileira**. v. II. São Paulo: Cutrix, 2001.
- NUNES, Clarice. Cultura Escolar, Modernidade Pedagógica e Política Educacional no Espaço Urbano Carioca. In: **Missionários do Progresso – Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**.
- ODA, Ana Maria G. R.; Dalgalarondo, Paulo. “O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. VII, n. 1, p. 128-41, março/2004.
- PORTOCARRERO, Vera. **Os Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a Descontinuidade Histórica da Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Loucura & Civilização collection, v.4. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/p26q6/pdf/portocarrero-9788575413883.pdf>.
- SANTOS, Fernando S. Dumas dos. **Alcoolismo: A Invenção de uma Doença**. Campinas: IFCH –UNICAMP, 1995. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- _____. O Espetáculo da Miscigenação. In: DOMINGUES, Heloisa Maria B.; SÁ, Magali R. In: GLICK, Thomas (Orgs.). **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalismo no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SILVA, Maria de Lourdes. **Drogas - da medicina à repressão policial:** a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945. 2009. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos Sertões. Verbo de Minas - Letras *on-line*. Juiz de Fora, v. 8, n. 16, jul./dez. 2009. p. 71 - 108. Disponível em: http://web2.cesjf.br/sites/cesjf/revistas/verbo_de_minas/edicoes/2010_1/06_GILBERTO_VM_1_2010.pdf. Acesso em: 10/01/2010.

